



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA **PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015**

Unidade Gestora: 040102 - Fundo de Reparelhamento Judiciário

Em atendimento ao § 2º do Art. 46 da Lei Complementar Nº 081, de 26 de abril de 2012 (LOTCEPA), c/c o inciso II do Art. 160 do Ato Nº 63, de 17 de dezembro de 2012 (RITCEPA), emite-se o presente Relatório da Secretaria de Controle Interno acerca da análise da Prestação de Contas do Exercício 2015, com o objetivo de demonstrar os fatos mais relevantes da gestão dos recursos públicos estaduais da Unidade Gestora: 040102 - Tribunal de Justiça do Pará/ Fundo de Reparelhamento Judiciário.

O presente relatório tem por finalidade emitir parecer sobre as atividades financeira, orçamentária e patrimonial, desenvolvidas no Exercício de 2015. Ressalta-se que além do processo físico encaminhado pela Secretaria de Planejamento Coordenação e Finanças (SEPLAN) foram utilizados como instrumentos auxiliares para ratificar os dados constantes do processo as informações obtidas diretamente no Sistema SIAFEM PCASP e da ferramenta Business Objects – sistema adotado pelo Governo do Estado do Pará que tem como finalidade extrair dados e emitir relatórios gerenciais a partir da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do SIAFEM PCASP.

A seguir, analisa-se a execução orçamentária e financeira do Fundo de Reparelhamento do Judiciário do exercício 2015:

DA PREVISÃO DOS RECURSOS DO FRJ

A previsão da receita para o exercício de 2015 foi na ordem de **R\$-140.252.302,00** (cento e quarenta milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e dois reais), o que resultaria em uma arrecadação mensal de R\$ 11.687.691,83 (onze milhões seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos), conforme Quadro abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

LOA/2015			
D.CONTA	DESCRIÇÃO DA CONTA	INICIAL	Δ
411220800	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	52.810.030,00	37,65
411221300	TAXA JUDICIAL	0	-
411222900	EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	34.945.159,00	24,92
413110100	ALUGUEL	16.000,00	0,01
413250111	REMUN.DEPOSITOS-REC.VINCULADOS-OUTROS PODERES	45.760.114,00	32,63
413250112	REMUN.DEPOSITOS-REC.VINCULADOS-FRJ	0	-
416001104	CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	5.581.288,00	3,98
416001399	OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	82.000,00	0,06
416001601	SERVICOS EDUCACIONAIS	82.000,00	0,06
419909995	RECEITA DE SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES	0	-
419909999	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS.	975.711,00	0,70
422190000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS.	0	-
TOTAL		140.252.302,00	100,00
MÉDIA MENSAL		11.687.691,83	
Fonte: LOA 2015 - OB			

DA ARRECAÇÃO DOS RECURSOS DO FRJ

Os recursos financeiros ingressados são referente às Taxas Judiciárias, Spread gerado na Conta Única (Depósitos Judiciários), Receitas de Serv. Extrajudiciários, dentre outros, no montante de **R\$107.023.700,88**, perfazendo uma média mensal de **R\$ 8.918.641,74**, conforme Quadro abaixo.

Recursos arrecadados na Fonte 118- FRJ

Conta	Nome Conta Receita	Previsão	Previsão Atualizada	Realizado	A Realizar
411220800	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	52.810.030,00	52.810.030,00	38.835.996,98	13.974.033,02
411221300	TAXA JUDICIAL	0	0	4.623.799,02	-4.623.799,02
411222900	EMOLUM. E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	34.945.159,00	34.945.159,00	24.945.049,27	10.000.109,73
413110100	ALUGUEL	16.000,00	16.000,00	326.763,32	-310.763,32
413250111	REMUN.DEP.REC.VINC.OUT. PODERES	45.760.114,00	45.760.114,00	0	45.760.114,00
413250112	REMUN.DEP.-REC.VINCULADOS-FRJ	0	0	32.011.800,41	-32.011.800,41
416001104	CERTIFICACAO DE PROD. E SERVICOS	5.581.288,00	5.581.288,00	5.236.355,00	344.933,00
416001399	OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	82.000,00	82.000,00	0	82.000,00
416001601	SERVICOS EDUCACIONAIS	82.000,00	82.000,00	2.820,93	79.179,07
419909995	RECEITA DE SALDO DE EXERC. ANTERIORES	0	0	335.635,69	-335.635,69
419909999	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS.	975.711,00	975.711,00	705.480,26	277.752,17
Soma:		140.252.302,00	140.252.302,00	107.023.700,88	33.194.361,30
MÉDIA MENSAL				8.918.641,74	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

Fonte: Business Objects 2015

Outros recursos financeiros ingressados na UG 04102 referente a rendimentos de aplicações financeiras (Fonte 112) e recursos de superávit de exercício passados (Fonte 318) que somados as receitas da fonte 118- FRJ, acima demonstrados totalizaram em **R\$ 121.123.452,07** (cento e vinte e um milhões cento e vinte três mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sete centavos). O acréscimo da arrecadação de 2015 foi de 5,10% em relação a 2014. Segue Quadro com arrecadação total do FRJ de 2015.

Recursos Arrecadados na UG-04102 FRJ

RECURSOS RECEBIDOS NO PERÍODO – FRJ (UG 04102)			
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	VALOR	%
RECURSOS ORDINÁRIOS	0101000000	0,00	-
RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	0112000000	13.949.750,64	11,52
REC.FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO	0118000000	107.023.700,88	88,36
RECUROS DO TESOURO - EXEC. ANTERIOR	0301000000	150.000,55	0,12
RECUROS DO FRJ - EXEC. ANTERIOR	0318000000		-
RECURSOS DO FRJ		121.123.452,07	100,00
MÉDIA MENSAL		10.093.621,01	

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO PERÍODO

Os recursos aplicados foram na ordem de **R\$ 141.238.776,05** (cento e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e setenta e seis reais e cinco centavos). Os recursos ingressados no mesmo período totalizaram **R\$121.123.452,07**, conforme acima demonstrativos. Desta forma, o resultado ficou deficitário na ordem de **R\$ 20.115.323,98** (vinte milhões, cento e quinze mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos), representando um gasto a maior 16,61%. Seque Quadro com a despesa realizada em 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

Despesa Realizada em 2015 na UG 04102- FRJ por “Elemento de Despesa”

DEMONSTRATIVA DA DESPESA - 2015						
Elem. Despesa	Nome Elem. Despesa	Dotação Real	Empenhado	Despesa Realizada	Pago	A Pagar
3335041	CONTRIBUICOES	15.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0
3339014	DIARIAS CIVIL	3.576.874,12	2.714.498,04	2.714.498,04	2.714.498,04	0
3339030	MATERIAL .DE CONSUMO GERAIS.	12.012.644,15	6.686.766,10	6.686.766,10	6.436.336,83	250.429,27
3339031	PREMIA.CULT.ART..CIENTIF.DESPORT.E OUT	3.600,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	0
3339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.414.856,55	1.291.540,71	1.291.540,71	1.291.540,71	0
3339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	550.450,00	197.700,03	197.700,03	197.700,03	0
3339036	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.209.589,64	1.288.170,04	1.288.170,04	1.281.962,61	6.207,43
3339037	LOC.DE M.OBRA	33.553.687,77	32.007.934,76	32.007.934,76	32.007.934,76	0
3339039	OUT.S SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	67.289.427,01	56.183.383,26	56.183.383,26	54.879.591,20	1.303.792,06
3339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	8.321.932,17	2.840.300,00	2.840.300,00	2.840.300,00	0
3339047	OBRIGS TRIB E CONTRIB	6.818.852,99	5.833.362,05	5.833.362,05	5.801.362,05	32.000,00
3339048	OUT. AUXS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	5.175,66	0	0	0	0
3339049	AUXILIO-TRANSPORTE	3.305.615,81	1.948.054,83	1.948.054,83	1.948.054,83	0
3339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.944.063,59	6.630.674,61	6.630.674,61	6.630.674,61	0
3339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	171.037,73	80.720,83	80.720,83	80.720,83	0
3449030	MAT. DE CONS	339.614,88	49.862,41	49.862,41	49.862,41	0
3449039	OUT.S SERV DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	8.005.520,72	5.534.377,87	5.534.377,87	4.275.181,13	1.259.196,74
3449051	OBRAS E INSTALACOES	2.892.577,86	2.506.267,74	2.506.267,74	1.712.611,89	793.655,85
3449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.675.196,80	9.756.500,28	9.756.500,28	9.741.185,44	15.314,84
3449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.925.620,22	5.674.862,49	5.674.862,49	5.639.117,23	35.745,26
3459061	AQUISICAO DE IMOVEIS	20.000,00	0	0	0	0
TOTAL		179.051.337,67	141.238.776,05	141.238.776,05	137.542.434,60	3.696.341,45

Fonte: SIAFEM (2014) – BO (2014).

O Quadro a seguir demonstra a aplicação dos recursos por Grupo de Despesa, observa-se que 83,35% dos recursos foram aplicados em Despesa de Custeio (manutenção do órgão) e apenas 16,65% foram gastos com Investimentos relativos à aquisição de equipamento e obras.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

Despesa Realizada em 2015 na UG 04102- FRJ por “Grupo de Despesa”

DEMONSTRATIVA DA DESPESA DE 2015- POR GRUPO DE DESPESA							
Elem. Despesa	Nome Elem. Despesa	Dotação Real	Empenhado	Despesa Realizada		Valor	A Pagar
				Valor	%		
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	147.192.807,19	117.716.905,26	117.716.905,26	83,35	116.124.476,50	1.592.428,76
44	INVESTIMENTOS	31.838.530,48	23.521.870,79	23.521.870,79	16,65	21.417.958,10	2.103.912,69
45	INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	0	0		0	0
TOTAL		179.051.337,67	141.238.776,05	141.238.776,05	100,00	137.542.434,60	3.696.341,45

Vale ressaltar que embora o período seja deficitário em 16,61%, este resultado comparado com o exercício anterior foi positivo, visto que no exercício de 2014 o déficit foi na ordem de 20,75%. Conforme Quadros abaixo:

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO-2014			PERCENTUAL DE APLICAÇÃO-2015		
DESCRIÇÃO	VALOR	%	DESCRIÇÃO	VALOR	%
O.D.C	101.066.320,72	72,57	O.D.C	117.716.905,26	97,19
INVESTIMENTOS	42.522.789,92	30,53	INVESTIMENTOS	23.521.870,79	19,42
INVERSOES FINANCEIRAS	425.482,40	0,31	INVER FINANCEIRAS	0,00	0,00
TOTAL DE GASTO	144.014.593,04	125,11	TOTAL DE GASTO	141.238.776,05	116,61
DÉFICT	(28.904.427,13)	-20,75	/DÉFICT	-20.115.323,98	-16,61
TOTAL	115.110.165,91	100,00	TOTAL	121.123.452,07	100,00

DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado patrimonial da UG foi positivo, apresentando um superávit de **R\$84.694.975,30** (oitenta e quatro milhões seiscentos e noventa e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), conforme a baixo discriminado.

SUPERAVITE FINANCEIRO		
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR	VALOR
ORDINARIA		32.213.957,77
RECURSOS OEDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	32.213.957,77	
VINCULADA		52.481.017,53
RECURSOS DESTINADOS A FUNDO DOS PODERES	19.656.994,78	
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	32.824.022,75	
TOTAL		84.694.975,30

DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Apesar de ter sido realizada mês a mês, evidenciando os saldos em banco como os em carteira (contabilizados), as pendências encontradas não foram sanadas a contento, conforme se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria

observa nos quadros anexos aos extratos, onde se podem verificar pendências datadas de abril de 2014.

DA CONCLUSÃO

Conforme disposições contidas na legislação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios e processos de contas da Administração Pública Estadual foram examinados os atos de gestão referentes ao período dos agentes constantes do rol de responsáveis.

Os exames foram efetuados em consonância com as normas e técnicas de auditoria aplicadas ao setor público e contemplaram as seguintes medidas: (i) verificações quanto ao cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às diversas áreas e atividades examinadas; (ii) comprovações quanto à legitimidade dos documentos que deram origem às mencionadas peças e dos atos de gestão praticados; (iii) análises quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; (iv) aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria, com o objetivo de manifestar a opinião sobre as contas aqui tratadas.

Adicionalmente, para conclusão das avaliações da gestão, foram consideradas, também, as atividades de acompanhamento da gestão realizadas pela Secretaria de Controle Interno na forma de controle prévio e concomitante, durante o exercício sob a análise. O resultado apontou para uma gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos, primando pela otimização do gasto público com a finalidade de ampliar a prestação jurisdicional e melhorar os serviços prestados aos cidadãos; e preocupada em fortalecer institucionalmente a atuação das atividades de controle interno.

Assim, fundamentado neste relatório e nos exames levados a efeito, certificamos a **REGULARIDADE** dos atos de gestão dos agentes responsáveis durante o **Exercício 2015**, conforme evidenciado.

É o relatório.

Belém, 29 de março de 2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Divisão de Auditoria
ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA
Analista Judiciária / Contadora – CRCPA 6034

DEBORA MORAES GOMES
Secretária de Controle Interno- TJPA